

MINHA VIDA NÃO É FOLHA DE PAPEL EM BRANCO: revisitando memórias de uma mulher trabalhadora rural

Maria Asenate Conceição Franco*
Márcia Santana Tavares**

Resumo

Reflexões críticas sobre memórias subterrâneas e memórias oficiais têm contribuído para fortalecer o debate sob uma perspectiva de gênero e feminista. A partir dessa premissa, propomos analisar e contextualizar a história de vida de Tereza¹ trabalhadora rural que, dentre os papéis sociais desempenhados, foi parteira por longo período de sua vida. Ela, durante o trabalho de campo na comunidade rural de Pau Ferro- Muritiba- BA, realizado para fins de doutoramento, participou como uma das protagonistas da pesquisa. Gênero, raça, etarismo/geração, memórias, ruralidade e violência são algumas das categorias analíticas exploradas. A escolha da narrativa de sua história de vida para este artigo guarda proximidade com as marcas sociais de diferenciação, cicatrizadas no corpo e na alma ao longo de seu caminhar. A pesquisa, de natureza qualitativa, vale-se da história de vida que, associada à observação participante, possibilitam lembrar e ressignificar as histórias contadas por ela.

Palavras-chave: gênero, violência, memórias.

Abstract

Critical reflections on underground memories and official memories have contributed to strengthening the debate from a gender and feminist perspective. Based on this premise, we propose to analyze and contextualize the life story of Tereza¹, a rural worker who, among the social roles she played, was a midwife for a long period of her life. During the fieldwork in the rural community of Pau Ferro-Muritiba-BA, carried out for doctoral research purposes, she participated as one of the protagonists of the research. Gender, race, age / generation, memories, rurality and violence are some of the analytical categories explored. The choice of the narrative of this life story for this article has to do with the social marks of differentiation, which are healed in the body and in the soul along the way. The research, of a qualitative nature, makes use of the life story which, associated with participant observation, makes it possible to remember and reframe the stories told by her.

Keywords: gender, violence, memories.

* Assistente social, mestre em Políticas sociais e cidadania pela Universidade Católica da Bahia e doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA.

** Assistente social, professora associada 1 do Instituto de Psicologia da UFBA; professora da graduação e pós-graduação em Serviço Social e do Programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA.

¹ Pseudônimo utilizado para lembrar Tereza de Benguela, líder do Quilombo de Quariterê e também parteira.

1. Palavras Iniciais

*O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.*

*E não há quem ponha
um ponto final na história
Infinitas são as personagens...*

Conceição Evaristo

O toque poético dado às primeiras palavras deste artigo marca sua ideia central. Almejamos contextualizar e analisar a história de vida de Tereza, trabalhadora rural, mulher negra e pobre; parteira, mãe (provedora principal), velha; avó-mãe. Ao rememorar o vivido e o que vive, Tereza colore um mosaico de lembranças imersas na sua matéria-prima: a memória, reconstruída no tempo presente. Lembranças que a fazem sorrir ou chorar, contudo, são narrativas elaboradas a partir de situações experienciadas e ressignificadas desde suas relações e sentimentos de ontem e hoje.

Os versos escritos pela poeta e intelectual negra Conceição Evaristo, no poema intitulado “*Do Velho ao Jovem*”, trazem uma reflexão sobre a importância da oralidade, na contramão das histórias com H maiúsculo, aquelas registradas oficialmente. No entender da escritora, a categoria geração é ressignificada quando a questão é o saber, na medida em que o conhecimento é transmitido de uma geração para outra, dos mais velhos para os mais novos. Em seguida, a poetisa elenca mulheres (e homens) que libertaram suas histórias infinitas:

Infinitas são as personagens...

Vovó Kalinda, Tia Mambene,

Primo Sendó, Ya Tapuli,

Menina Meká, Menino Kambi,

Neide do Brás, Cíntia da Lapa,

Piter do Estácio, Cris de Acari,

Mabel do Pelô, Sil de Manaíra,

E também de Santana e de Belô

e mais e mais, outras e outros...

Tereza, aos 86 anos, na sua cosmovisão, evocou histórias que se mantinham preservadas em sua memória e, agora transcritas, ganham materialidade e são compartilhadas. Esmiçar para além dos versos e elencar historiadoras é, analogicamente, entender que a

história oral e a história das mulheres, no seu contínuo movimento dialético, entremeiam-se na sua razão existencial.

Desde 2013, inquietações sobre gênero, ruralidade e violências de gênero têm ocupado lugar privilegiado em nossas pesquisas. A vida acadêmica, ao longo do doutoramento, possibilita desnaturalizar e problematizar certas questões, a exemplo dos estudos sobre gênero e violências em seus diferentes prismas enfatizarem mulheres urbanas, enquanto mulheres nas suas sebes rurais são ainda timidamente representadas na academia. Escolher a temática sobre trabalhadoras rurais baianas para legitimar seu lugar social de fala é reconhecer sua relevância e lhes conferir valorização como mulheres, lideranças ‘esquecidas’ nas longínquas comunidades rurais. Em momentos específicos, configuram-se como objetos de pesquisas, contudo, figuram meramente como passivas.

O não acaso da história de vida de Tereza para a contextualização que segue, está relacionado com as multifaces da violência de gênero a que foi submetida por mais de oito décadas. O ciclo vital de Tereza permanece (até a entrevista) carregado por sentimentos de tristezas e dores. Sua narrativa, a princípio era sobre o fenômeno da violência na vida de uma das filhas que culminou em sua expressão máxima: feminicídio. Todavia, Tereza, embalada pela emoção e, na certeza de ecoar suas feridas latentes e até então indizíveis, narrou por quase três horas violências transgeracionais experienciadas em seu meio familiar.

A escolha de seu nome fictício é para lembrar a Rainha Tereza de Benguela, mulher negra de grande beleza, liderança e considerada heroína do povo do Quilombo de Quariterê ou do Piolho, situado na atual fronteira entre o estado do Mato Grosso e a Bolívia. Governou por mais de 20 anos, povos negros e índios. Personalidade feminina possuidora de força e raça é referência a ser seguida. Oriunda da província de Benguela, por isso seu sobrenome no oeste de Angola, África. Tereza viveu no Século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso. Foi companheira de José Piolho, era o segundo líder e chefe dos Conselheiros. Conta-se que este foi morto por soldados quando da invasão do quilombo. Respeitada como rainha, possuía uma imensa sabedoria para lidar com seu povo. Foi

conselheira, sábia, raizeira, parteira e mantinha avançadas técnicas de recrutamento e de governança (SANTOS, 2016).

Assim, o sujeito- objeto deste trabalho se assemelha com Tereza de Benguela na personalidade ativa, Tereza (entrevistada) assumiu a provisão familiar e o cuidado com filhas e filhos, netos e netas. Conciliou espaços de produção e reprodução e driblou as mazelas sociais para sobreviver. Em um de nossos contatos, com ênfase, Tereza evocou: “*Sou dona do meu nariz*”, o que demonstra sua coragem em continuar na luta contra as multífaces da opressão feminina.

A escrita historiográfica da categoria mulher emerge no cenário acadêmico no século XX. Mulheres ao assumirem uma posição contrária à reprodução do discurso eminentemente machista, reconstroem seus espaços como agentes históricas para desenvolver suas ações políticas no cotidiano, na perspectiva da igualdade de gênero (PERROT, 1995).

Mulheres trabalhadoras rurais com seus relatos individuais, desocupam o lugar de infante e sujeito suposto-saber, para lembrar Lélia González (1988), e lançam-se a narrar suas histórias de vidas sem a preocupação com linearidade, cronologia decrescente, ideias ordenadas. O momento oportuno para desilenciamento não se configura enquanto narrações factuais. Não obstante, o ato de rememorar, possibilita a essas mulheres reconstruírem identidades, que antes opacas e invisibilizadas pelo tempo vivido, conseguem nas suas narrativas, alcançar musculatura e transpor o silêncio para assumirem seu agenciamento autobiográfico.

Neste sentido, o artigo está sequenciado a partir da visão geral sobre sua proposta, segue com uma explanação metodológica, mais precisamente sobre o método história de vida na pesquisa qualitativa, memórias e gênero, a posteriori, detém-se na análise das narrativas de Tereza e realça marcadores sociais de diferenciação: gênero, raça, classe, etarismo/geração, ruralidade, conjugalidade, monoparentalidade feminina e função

social de parteira; já nas últimas linhas, reforço a necessidade de dar voz às mulheres sobretudo, trabalhadoras rurais resilientes no enfrentamento de violências de gênero multifacetadas.

2. História de Vida, Memórias e Gênero

O método história de vida² ressurgiu entre 1940 e 1950 nos trabalhos dos sociólogos W. I. Thomas e F. Znaniecki (QUEIROZ, 1988). Sua abordagem registra narrativas e, conseqüentemente dá voz a pessoas ‘esquecidas’ cujas histórias não foram registradas em documentos oficiais; é comum nesse método a preocupação no que se refere ao vínculo confiável na relação entre quem pesquisa e quem é pesquisado. Não obstante, sua escolha neste trabalho resulta da possibilidade de transcender o ‘real’ evocado pelas mulheres rurais que (re) constroem realidades subjetivas também, (re)experimentam e (re)significam as violências de gênero em contextos rurais baianos.

História de Vida como técnica de abordagem qualitativa se propõe a compreender a relação de mutualidade existente na mudança social, histórias e atuação do ser singular e plural (GILL; GOODSON, 2015), assim como é capaz de permitir a obtenção de informações subjetiva a respeito de vidas de sujeitos; é constituída por narrativas sobre determinado fenômeno, expressão de dados da vida de pessoas pela via de seus relatos ou de outrem; instrumento de pesquisa que reúne/condensa ou mesmo, captura histórias da vida de pessoas, suas experiências e interpretações. Pode ainda ser técnica capaz de dar sentido à noção de processo em movimento; compreensão reservada da vida de pessoas pesquisadas; o tema e suas ramificações emergem do ponto de vista de quem os vivencia, suas suposições, seus mundos, suas pressões e sentimentos (LANGNESS, 1973; HAGUETTE, 2007; CHIZZOTTI, 2009).

No percurso da história das mulheres caminharam de mãos dadas, o silenciamento e a invisibilidade (ainda perduram³) nas escritas assim como, nas suas fontes orais. Certamente mulheres como Tereza fizeram e

² A história de vida encontra-se no universo da história oral e, embora semelhanças com entrevistas, depoimentos pessoais, autobiografias e as biografias, são peculiares suas definições e características (QUEIROZ, 1988).

³ Mulheres silenciadas e invisibilizadas por marcadores sociais de diferenciação geralmente, têm suas histórias ofuscadas, opacas pela opressão de gênero.

fazem histórias singulares e plurais estas, constituídas e ressignificadas socialmente através do passado reavivado no hoje com expectativas no amanhã (TEDESCHI, 2015). E na busca de reconstruir e ressignificar memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), a história de vida como método qualitativo de análise, oportuniza a confluência entre história individual e história coletiva para emergência dessas escritas neste caso, a narrativa de Tereza de Benguela mulher negra, pobre e trabalhadora rural. Conforme destaca Tedeschi (2015, p. 335):

As memórias se constroem e se organizam a fim de incursionar o sentido das vivências do passado e, para tanto, é necessário expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente para dar conta da trajetória de vida pessoal em sociedade. Por isso, conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada. A construção de lembranças envolve a utilização de códigos culturais compartilhados. Apesar de as memórias pessoais serem únicas e irrepetíveis, uma pessoa nunca recorda sozinha, sempre está imersa em uma ordem coletiva que a contém. Dizemos que as pessoas falam – cada vez – como sujeito individual e coletivo, então, quando criam e transmitem suas lembranças, o faz a partir dessa dupla condição. A lembrança coletiva pressupõe e se expressa somente a partir da recordação individual. Sem a presença de ambos fica impensável a formação da consciência...

Suas impressões, identidade, sentimentos, dores, alegrias foram materializados quer seja pela narrativa oral ou mesmo narrativa corporal (gestos, choros, abraços), as lembranças estão sempre marcadas socialmente. Quando se possibilita à narradora / ao narrador emergir do não lugar de fala, de objeto e, alçar voos e protagonizar suas narrativas é senão,

[...] darmos condições aos informantes de nos levar a ver outras dimensões e a pensar de maneira mais criativa a problemática que, através deles, nos propomos a analisar. [...] Histórias de vida e relatos orais fazem convites irrecusáveis para rever interpretações, desenvolver novas hipóteses e encaminhar novas pesquisas [...] (DEBERT, 1986, p. 02; 156).

Thompson (1992) também nos lembra que:

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e as mudanças por que passam em suas próprias vidas [...], as pessoas idosas. Muito frequentemente ignoradas, e fragilizadas economicamente, podem adquirir dignidade e sentido de finalidade ao rememorarem a própria vida e fornecerem informações valiosas a uma geração mais jovem (p. 21-33).

Ao ressignificarem suas histórias individuais imbricadas com a memória coletiva mulheres velhas, a exemplo de Tereza, trilham o seu pretérito e trazem releituras experienciadas, contudo, atualizadas pelo momento atual. Sendo apropriado neste caso o método da história de vida utilizado nas ciências humanas cujos registros advêm de relatos existenciais das pessoas que os narram. É comum não obedecer às sequências temporais haja vista serem factuais, ou seja, há uma despreocupação cronológica no ato de contar-se sobre fenômenos sociais, como por exemplo, violências de gênero. Em outras circunstâncias, privilegiam acontecimentos, periodização temporal, além de que suas transcrições e análises são originárias de acervo documental, depoimentos, entrevistas gravadas e ou filmadas e outras fontes.

Em especial, as entrevistas narrativas gravadas e transcritas, além da observação participante, anotações no caderno de campo, deram-me a permissão de adentrar o “mundo empírico” (FLICK, 2009, p. 164) escolhido como cenário da pesquisa, sua base dialógica aproxima quem pesquisa de quem narra suas experiências de vida. “É o momento em que os imponderáveis da cultura anunciam sua existência, dando-lhe carne e sangue ao relato. [...], a entrevista é processo de construção de dados sobre experiências diversas dos sujeitos e expressa pela linguagem, [...]” (ROMANELLI, 1998, p. 128-129). A intimidade com sua memória, seus detalhes, expressões corporais em situações especiais, dá a quem rememora sua história de vida, lugar de destaque na relação com a pesquisadora ou pesquisador. A desimportância social esvai-se ao posicionar-se sujeito-objeto. Por outro lado, o autor salienta que:

Mesmo a relativa semelhança nas condições sociais e culturais de ambos não exclui a relação de poder de que está investido o pesquisador que indaga e extrai informações. Se o entrevistador e entrevistado reconhecem o poder do primeiro, este último também dispõe de possibilidade de exercer seu poder, que os dois sabem existir (p. 126).

Certamente, a entrevista é técnica adequada para pesquisas que visam aprofundar a temática em destaque. Essa modalidade de entrevista responde pelo acervo de informações, a releitura da história de vida de mulheres velhas e ‘esquecidas’ como Tereza, que lúcidas rememoram nessa prática social, dores e delícias

experienciadas desde criança à vida adulta. Possui característica peculiar, não estruturada, de profundidade e, portanto, instrumento metodológico capaz de motivar a pessoa entrevistada a rememorar espontaneamente sua história de vida. Exige a participação mínima de quem entrevista (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2008). A abordagem inicial do/a entrevistador/a diante da pessoa informante, se dá através da fala e, neste sentido:

A utilização do método biográfico em ciências sociais vem, necessariamente, acompanhada de uma discussão mais ampla sobre a questão da singularidade de um indivíduo versus o contexto social e histórico em que está inserido. [...], cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve. [...] A utilização do método biográfico em ciências sociais é uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem (GOLDENBERG, 1998, p. 36-37; 43).

Do ponto de vista metodológico, ao proceder a escolha do objeto de estudo, por vezes denominado, na perspectiva do pensamento de Lenoir (1998, p.71), como problema social, certamente nos ajuda a entender a constituição feita, a partir do recorte a ser estudado, afirmar que:

[...], o mesmo problema ‘social’ pode ser constituído por vários motivos. Tal é o caso da ‘velhice’ que remete a problemas de natureza bastante diferente: a sorte das pessoas idosas mais desprovidas (a ‘pobreza’ ou a ‘dependência’), o ‘desequilíbrio demográfico (o ‘envelhecimento’ da população) e, enfim, o alongamento da duração da vida biológica e seus efeitos sobre as relações entre as gerações, tanto na família e no ambiente de trabalho, quanto no funcionamento de aposentadoria.

Por conseguinte, a invisibilidade das violências de gênero contra a mulher no interior baiano e, conseqüentemente, a existência de lacunas nas pesquisas científicas sobre a temática nesse espaço rural constituem-se inquietações a serem trilhadas.

É de conhecimento de estudiosas feministas que as mulheres no seu processo histórico acentuado pelo racismo e sexismo, foram silenciadas, objetificadas. Mas é importante lembrar que reescrever suas histórias perpassa por transformações interpretativas, ou seja,

[...] reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda uma diversidade e complexidade (TEDESCHI, 2015, p. 334).

Por outro lado, continuando a sua análise, Tedeschi evidencia ser o processo do apagamento da memória feminina um fenômeno em transformação. Para ele, as contribuições da epistemologia feminista nessa metamorfose têm acentuado as análises sobre gênero.

Ao questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de problemas em que se incluem categorias importantes para a historiografia: o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o político, a criação e o pensamento simbólico. [...]. Quando falamos de história das mulheres, referimo-nos a um processo de consciência de si mesmo. [...] Quando abordamos a história na perspectiva de gênero, vamos descobrindo que os valores aceitos pela historiografia estão sempre nas mãos do sujeito que constrói a narrativa e lhe atribui significados (p. 334).

No sentido mais abrangente, a dinâmica ‘seletiva’ da memória entendida como fragmento do pensar, compreensão metodológica de como são lembradas e narradas, em detrimento ao que se diz (SALVATICI, 2005). “A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de atuação. [...] Traz a história para dentro da comunidade” (ibidem, p. 44).

Mais especificamente para Queiroz (1988, p. 20), a história de vida é definida

[...] como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar [...].

Desvendar o inarrável, o indivizível, o não explícito constituído pelo “[...] conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e valor inestimável na transmissão, conservação e difusão do conhecimento. [...]” (ROJAS, 1999, p. 87), permite transformar em dizível a oralidade imersa nas histórias individuais e coletivas através das memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que descortinam histórias não preservadas oficialmente.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o

confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos. [...] A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva [...] (POLLAK, 1989, p. 08).

Outrossim, a confluência das reflexões tanto de Queiroz quanto de Pollak, contribuem para compreensão, quiçá, pioneira sobre marcas, com ou sem sangue, das violações cometidas, na maioria por homens, nos corpos e almas de mulheres trabalhadoras rurais em posições periféricas, para quem me debruço nesta pesquisa para encontrar pistas capazes de transpor o silenciamento e a ‘cortina de fumaça’ perdurados por muito tempo em seus passados como mulher e suas histórias intimamente relacionadas num “movimento dialético” (SOIHET, 1998, p. 82).

Movimento esse revestido de falas e gestos criativos ou sensíveis ou mesmo imaginações, para falar de si e de outrem (QUEIROZ, 1988, p. 36) ou seja, interpretações individuais que, contudo, traduzem experiências sociais. Ao mesmo tempo, a história de vida como técnica “[...] capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social”. É certo serem histórias de vida neste pioneirismo, “[...] excelentes técnicas para se efetuar um primeiro levantamento de questões, pois ainda faltam dados a respeito destas; revelam o cotidiano, o tipo de relacionamento entre os indivíduos, opiniões e valores [...]” (Ibidem, p. 34-35).

2.1. Com a palavra, Tereza De Benguela: minha vida não é folha em branco

“O corpo tá moído, o corpo tá velho, desmanchado aí o povo diz é, fulana já tá veia não pode conversar” [...] deixa eu falar ...”

Tereza de Benguela, 88 anos, mulher negra aposentada pelo FUNRURAL⁴, moradora na comunidade rural Preciosa da cidade de Alegria. Filha mais velha de pais que tiveram outros filhos que, contudo, faleceram, ficaram apenas três filhos. Sua infância foi sortida de violações, a começar pelos estudos interrompidos.

⁴ Funrural é a sigla correspondente ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, que se refere a um fundo rural voltado para contribuição social, cujo recolhimento é obrigatório e

Assumiu maternagem desde muito nova para auxiliar sua mãe e a avó materna. Trabalhou na roça desde 08 anos, seu pai a fazia, precocemente, desempenhar atividades laborais e, caso não atendesse suas exigências, como castigo, ficava com fome até concluir os serviços que lhe eram impostos.

Teve sucessivas uniões afetivas, entretanto, sempre assumiu a provisão familiar. Enfrentou situações de violência multigeracional na família (sua mãe, ela e a filha acometida pelo feminicídio). Hoje é responsável pela criação e manutenção de 02 netas e 02 netos deixados pela filha falecida. Sua casa é humilde, pois não dispõe de recursos financeiros para melhorias habitacionais; sua saúde é fragilizada, sendo o mais grave sua pouca visão. Sobre a realidade de Tereza de Benguela, Britto Da Motta (2011, p. 18) aponta: “Em realidade, as idosas são arrimos de família também como cuidadoras de casa e de netos, [...]”.

No início da entrevista, Tereza começou a narrar sobre seu ofício de parteira, em seguida, falou de seu primeiro relacionamento e, depois, do trabalho nas roças alheias. Posteriormente, identificou-se e elencou momentos sequenciais, todavia, seus discursos nem sempre correspondiam à lógica cronológica, como explica Bourdieu,

[...] O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que ‘se entrega’ a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (quem já coligiu histórias de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da estrita sucessão do calendário), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis [...]. Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum que toda a tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (1996, p.184- 185).

De sua memória subterrânea inicia “[...] “uma verdadeira viagem de volta a situações distantes da memória [...]” (SILVA; BARROS, 2010, p. 23); por vezes, lembranças foram evocadas quando recordava sua vida conjugal mesclada por encontros e desencontros, uniões desfeitas e refeitas e, no processo

assegura ao trabalhador rural uma aposentadoria. (<https://blog.cefis.com.br/funrural/>).

de rememorar, a memória “apaga” lembranças (não-dito) do companheiro com que conviveu nos últimos anos. Posterior à entrevista, Tereza teceu comentários a respeito desse homem, entretanto, sem ‘mergulhar’ nas lembranças. É Pollak (1989, p. 8) que auxilia nessa compreensão dos ‘não-ditos’ ao reforçar que:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto.

Do universo das entrevistas realizadas com mulheres trabalhadoras rurais, Tereza de Benguela foi destaque na duração de sua narrativa, aproximadamente duas horas e meia. Sentindo-se sujeito político pelo ato de contar-se, a entrevistada desobedeceu ao seu horário de almoço, haja vista a extensão de sua fala, para além das 13h. E neste sentido, dar voz a quem tem história de vida eivada pela recorrência da dissimetria de gênero, à qual Tereza experienciou em seus mundos privado e público como analisados nesse trabalho. Diante de tais reflexões, Debert (1986, p. 142) chama atenção à devida: “[...] importância de darmos condições aos informantes de nos levar a ver outras dimensões e apensar de maneira mais criativa a problemática que através deles, nos propomos a analisar”.

Ouvir as histórias, embora no estilo factual e assistemático como a de Tereza que teve sua infância a partir dos 06 anos de idade marcada por episódios de violação de direitos humanos; desde o direito de ser alfabetizada cerceado, em momentos simultâneos ela recordou castigos diante de desobediências; as idas à casa da avó para ajudá-la, cuidar de sua alimentação, o direito de se alimentar negligenciado pela figura paterna como sanção às vezes que não dava conta das tarefas na lavoura em tempo determinado; no entanto, releva a postura paterna já que a ensinou a trabalhar com a enxada.

Tereza guarda consigo o amor materno, sua proteção principalmente quando transgredia a determinação do pai e, comovida pela forma brutal como ele agia, dava sempre uma “coisinha” escondida para a filha comer. Não obstante, essa narrativa sucedeu sua fala quando lembrou de seus filhos e filhas. Quiçá, pode estar inter-relacionada com a criação geracional. Enquanto Tereza

foi criada por seus pais, suas filhas e filhos experienciaram o processo de organização-desorganização- reorganização familiar (CARVALHO, 1997), ou seja, oscilações entre ausência e presença de figura paterna.

As releituras evocadas por Tereza, vividas na infância e rememoradas no presente, traduzem uma história dentro da outra, como pontua Bosi (2003): “Existe dentro da história cronológica, outra história mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo”. Nora (1993) a caracteriza memória evolutiva por estar viva em seu pleno movimento dialético bem como, na sintonia entre lembrança e esquecimento, ela é alheia à sucessiva descontinuidade de lembranças além de ser também contemporânea; é esse perfil da memória responsável pelas narrativas da entrevistada em tempo real.

Ao analisar as narrativas evocadas por Tereza, verifiquei que elas expressam gritos guardados das experiências iniciadas na infância quando lhe roubam o direito aos estudos, assim como impuseram a adulez precoce e a sobrecarga no cuidado e manutenção familiar. E, mesmo sendo o nosso primeiro contato, abriu as portas de sua vida e se pôs a rememorar acontecimentos, neste caso, memória familiar ao lembrar da convivência com seus pais, avó e irmãos, individual ao contar-se e memória social quando recordou os partos que realizou nas comunidades quando solicitada para esse ofício; outra memória social refere-se à sua vinda a Salvador para trabalhar como empregada doméstica. O re- viver e o re- significar dessas lembranças contribui para que Tereza, assim como outras mulheres pesquisadas “[...] se percebam como sujeitos da história. [...]” (PARENTE, 2007), como reforçam suas narrativas acerca de direitos vilipendiados, desde a infância roubada, o trabalho infantil, a maternagem e adulez precoces, que compartilhamos a seguir.

Só fui um dia pra escola. [...] Ele mandou eu ir para escola com um bocado de menino, quando cheguei lá eu não dei a lição toda a professora. [...] Acho que era 6 anos, [...] Ela queria que desse a lição toda, mas eu não dei ela chegou me pegou e me chamou assim: Tereza. Eu disse:- senhora. -Venha cá. Eu tinha furado os olhos

(risos) (da “letra”⁵). [...] É a letra. A professora disse assim: -você vai ficar de castigo quando chegar em casa, botou no papel: ficar de castigo. Eu disse: - castigo. –Sim, porque você não deu a lição. Eu disse: -como iria chegar e saber, sem saber o que estava fazendo? Quando dei o ABC pequenininho, aí ele olhou e o ABC estava furado. Ele disse: venha cá e me pegou deu 6 bolos nessa e aqui. Tinha uma palmatoriazinha que era pra dar na mão. Que era para gente não bulir com nada, naquele tempo, não pegar nada nem dos outros e nem a panela que tivesse no giral de baixo, do giral que botava as carnes no tacho. Era pra gente não bulir senão apanhava tinha aquela palmatoriazinha e a gente apanhou, eu apanhei. Ele deu 6 aqui e aqui (mostrou as mãos) [...] (**Lembranças do castigo paterno**)⁶ Me deu uma surra. Porque derramei um sustão de saco. Eu vim da venda correndo, com sustão se saco na cuia, não tinha saco antigamente não, foi numa cuia. Vim correndo que não era pra demorar. Quando cheguei no batente da porta eu cair, ela me pegou deu uma surra, mais também não me bateu mais não. [...] na roça quando não terminava o trabalho, o castigo era não comer, só comia depois. [...], mas minha mãe fazia isso, olhava onde ele estava e vinha com uma coisinha na mão e botava na mão da gente.

A minha infância trabalhei tanto nas roças dos outros [...]. Eu ia trabalhar com meu pai. Meu pai ia trabalhar de ganho eu aí com enxada. Com os 8 anos que eu ia arrancar lamina e capinar na roça dos outros e quando trabalhava na roça dele mesmo que deixava uma tarefinha, dez caminho de margulho, não sabia cavar cova, [...]. O castigo era não comer, só comia depois⁷.

A população brasileira que reside em áreas rurais tem sido alijada de uma série de direitos, dentre os quais a educação, cuja oferta, historicamente, mostrou-se insatisfatória e descontextualizada, dado o descaso com as condições de vida e culturais dessa população (SILVA; LUZ, 2017). Particularmente em gerações mais velhas, o processo de escolarização das crianças oferecia poucos atrativos, seja por sua rigidez, pela distância geográfica entre a escola e suas moradias ou por meninas e meninos terem desde tenra idade que trabalhar para garantir a reprodução da família, ainda que as atividades exercidas pelas crianças fossem representadas como mera “ajuda” nas unidades de agricultores familiares. (MARIN, 2018). Conforme explica Marin (2018, p. 54-55):

O trabalho das crianças rurais também integra a ordem moral da família. Em sentido abstrato, os agricultores relacionam o trabalho à dignidade humana pelo trabalho, ao desenvolvimento do senso de responsabilidade e ao disciplinamento do corpo e da mente da criança. Os pais atribuem-se a missão de educar e transmitir princípios morais necessários temas em destaque à vida das crianças. Nesse

exercício, eles reproduzem e reinterpretam referências de educação incorporadas de gerações passadas para socializar e moralizar seus filhos.

Assim como o trabalho infantil assume um importante papel na constelação familiar, inculcar nas crianças o senso de responsabilidade e disciplinamento, o uso de castigos é utilizado no processo educativo das crianças, seja corporal, por meio de castigos físicos tais como puxão de cabelo ou de orelha, ajoelhar-se no milho, reguada nas mãos e até mesmo palmatória, seja através de castigos de cunho moral, a exemplo de humilhações, colocar o aluno separado da turma, expor para os colegas as dificuldades de aprendizagem da criança ou enviar advertências para os pais (LIMA; SOUZA, 2016), mas também “castigo físico indireto, ou seja, aquele a ser aplicado em casa por uma falta cometida na escola” (ARAGÃO; FREITAS, 2012, p. 29) como aconteceu com Teresa.

Nas unidades agrícolas familiares, a ordem patriarcal rege as relações de gênero estabelecendo papéis e espaços laborais distintos para homens, mulheres e crianças. O homem detém uma posição hierárquica, cabendo-lhe o espaço da produção, a tomada de decisões e a gestão da unidade familiar, mas também transmitir aos filhos o valor moral do trabalho e, conseqüentemente, impor-lhes disciplina e responsabilidade, que pode ser reforçada por meio de castigos físicos ou a negação de alimentos a fim de coagi-los a realizarem as atividades laborais que lhes são designadas.

Por outro lado, cabe à mulher o espaço da casa (afazeres domésticos e cuidado com os filhos, alimentação, saúde etc.) e do quintal (horta e criação de pequenos animais), ainda que trabalhe na lavoura, cuja sobrecarga de trabalho resulta na distribuição de tarefas entre as filhas mulheres, que desde muito novas começam a exercitar a maternagem, como nos conta Teresa:

[...] quando eu ficasse com o menino se ela saísse, ficava com 2 meninos ou 3 aí. Brincava com menino no meio da casa até ela chegar. Ia carregar água na fonte com pote na cabeça e acendendo o fogo na panela pó feijão cozinhar. Eu ajudava ascender o fogo mais não destampava a panela ela botava água e não deixava a gente destampar, porque podia virar, era um fogão enfiado os paus, era um

⁵ Grifo das autoras.

⁶ Grifo das autoras.

⁷ Refere-se ao trabalho na lavoura ordenado pelo pai, caso não terminasse, ficava com fome.

pau lá e outro cá e um no meio. Era pra brincar aqui enquanto ela fosse e quando ela chegasse a gente ia fazer o que tava fazendo. Agora ela ia ficar olhando os filhos, fazendo comida quando ela chegar dar eles e a gente comer também.

Ia pra casa da minha vó, ajudar minha vó. Fazer comida para ela, fazer mingau só era ela e outra irmã eu já estava grandinha e dava para fazer mingau e eu fazia. Acho que uns 10 ou 12 anos, nessa base.

No processo de socialização, a imagem de feminilidade está associada à maternagem, ao dever e à reprodução do grupo doméstico, daí porque as meninas aprendem desde cedo a ajudar nos serviços domésticos, cuidar dos irmãos mais novos, passando a assumir tais tarefas como obrigação, responsabilidade da qual não podem se furtar, daí sobra-lhes pouco tempo para brincadeiras, uma vez que são compelidas a uma adultização precoce (TAVARES, 2010).

Todavia, se Teresa expressa arrependimento por “ter furado o ABC” e permanecer analfabeta, ela exalta sua memória espacial, “eu indo mais você um dia, em qualquer lugar pode me deixar que outro dia eu já vou”, ao mesmo tempo em que procura relativizar os castigos disciplinares paternos e a lida no campo, “mas, foi bom, sabe, porque me ensinou a trabalhar de enxada”, ofício que lhe garantiu o sustento da família. Ademais, evoca momentos felizes que alentavam as muitas adversidades:

Eu fui criada em muitas coisas boas também, tinha presépio naquele tempo, que hoje não tem mais a gente cantava hoje não sei nem mais um pé da cantiga do presépio mais. Tudo isso. A única coisa que não fiz me desculpe a palavra foi roubar. Mais tudo isso eu fiz cantar roda, sambar, dançar tudo fiz só não roubar

Observa-se que o processo de ressignificação arrebatado da memória por Tereza traz à tona momentos difíceis, mas também redescobre momentos agradáveis, a dança, o samba e o riso; o ônus e o bônus por ser mulher, pobre e morar na roça, mas acima de tudo honesta. Outro aspecto relevante em sua em sua narrativa se refere aos relacionamentos amorosos, permeados por sucessivos encontros e desencontros, descontentamentos, frustrações e desilusões.

O primeiro namoro estava trabalhando. Tava com 18 anos, já tava namorando. Levei um bocado de tempo. Mais naquele tempo a gente não tinha juízo, larguei ele lá e vim embora pra roça Isso é uma coisa que foi passado (refere-se ao primeiro namorado). A menina morreu.

Não fui casada mais fiquei viúva. Eu trabalhava pela roça dos outros e depois eu conheci esse homem, tive esses filhos todos 6 filhos.

Então quando ele morreu bem, o mundo pra mim terminou. Sobre essas coisas terminou

(Convivência em casas separadas) Na casa dele e eu na minha. Na minha só foi pai dela aí que ficou mais eu. Ele foi embora. Ele deixou e essa menina, ele arrumou outra namorada e casou, deixou eu pra ter menino.

(Refere-se a integridade em não querer relacionamentos com homens casados) E nem descontrolar a vida de uma mulher casada com minha, isso eu pedi a Deus e venci. Porque via minha mãe sofrer eu pedia a Deus encarecidamente eu via. Eu dizia assim: mais Deus eu quero que o senhor me deixe de verdade. Uma coisa que tava falando com ele. Aconteça o que acontecer comigo, mais eu tomar um bolo de pirão de um homem casado pra eu comer e a mulher ficar lá chorando eu disse não, Deus não via me mostrar isso nunca, não fiz e estou aqui com essa idade.

A vida sexual das mulheres no meio rural tem início entre os 15 e 18 anos e, está atrelada ao casamento e à reprodução. O casamento no meio rural, dada a ordem patriarcal de gênero, ainda se mostra como uma imposição, um preceito a ser cumprido, cuja precocidade é impulsionada pela falta de oportunidades (SIQUEIRA, 2016). Lima endossa que: “Sua identidade é construída com foco na constituição de família, procriação de filhos, obediência ao marido, cuidado no lar e ‘ajuda’ ao companheiro na roça” (2016, p. 3899).

Para as mulheres rurais, quer casadas ou solteiras, as relações amorosas são perpassadas pela violência doméstica, que atravessa gerações e permanece envolta em silêncio e desproteção, devido não só à desigualdade de gênero que reproduz e naturaliza a subordinação feminina, como às distâncias geográficas entre casas e povoados (RAMOS, 2014) que tornam essa violência invisível. Ao mesmo tempo, essas mulheres convivem com o espectro de um possível abandono pelos parceiros e, caso tenham filhos, o temor de que não consigam assegurar o sustento econômico da família.

Tereza, embora com sua trajetória de vida marcada por matrizes macroestruturais de opressão como gênero, raça, classe social, família monoparental, etarismo entre outras, fez suas escolhas, tornou-se “dona do próprio

nariz”⁸, isto é, passou a tomar decisões sobre seu destino, ao invés de permanecer no *continuum* ciclo de subordinação/submissão e, conseqüentemente, da opressão de gênero perpetrada pelo macho seguiu, na sua condição de mulher negra solitária (CARNEIRO, 2002). Mesmo quando interpelada sobre uma possível reconstituição dos laços matrimoniais ao ingressar na religião evangélica foi taxativa: “*Lá o crente me perguntou: irmã prefere casar eu disse não, já fui casada e já sei o que é marido e não quero mais*”.

Ser a dona de seu nariz também representa para Tereza deixar o trabalho de doméstica em Salvador devido à exploração de sua mão de obra, retornar para sua cidade de origem e, retomar o cuidado com a prole e o trabalho na roça.

Eu nunca botei um pano na cabeça pra ir para casa dos outros. Eu trabalhava tinha minha roça, quando dei pra ganhei na roça dos outros eu sabia o que estava fazendo

Trabalhei muito, criei meus filhos todos 12, o pai trabalhava era pouco mais trabalhei e criei todo mundo. Em nunca eles foram pedir um punhado de farinha, que tinha minha roça, minha mandioca. Um dia de sexta-feira ou quinta, arrancava mandioca fazia farinha e domingo ia à feira vender quando fiquei tomando conta do menino. Um dia me aborreci aqui, larguei ele mesmo fui para Salvador caçar emprego. Lá me empreguei.

Bem trabalhei com D. Carlota era gringa aborrecida, mais depois que ela não quis pagar o meu dinheiro, que achei ruim. Eu trabalhava fazia tudo certo, ela falou quando botou eu fazer, lavar os pratos e ajudar seu Hermínio que era um trabalhador. Tinha galinha, eu abanava o fogo, ajudava ele acender que era de carvão na época. Eu lavava 60 pratos de manhã, Levei três meses e vim embora comecei a chorar por causa dos meninos.

Com saudades das crianças. Não queria pagar todo, eu disse não, a senhora tem que pagar todo, trabalhei os dias todo.

As práticas estabelecidas em torno do trabalho doméstico envolvem a dominação e subordinação na relação patroa-empregada, em que as relações de poder se materializam no espaço doméstico, ensaiando ora aproximação ora antagonismo. “Como empregadas domésticas, e empregadoras, enquanto gênero são consideradas de ‘natureza’ social comum; enquanto classe, são antagonistas” (BRITTO DA MOTTA, 1992, p. 34).

Tereza, após a entrevista, assim verbalizou: “Eu sou dona do meu próprio nariz”.

Lima e Prates (2019) também observam que as trabalhadoras domésticas são pessoas remuneradas por um trabalho que é executado no espaço privado, cuja baixa regulação as torna vulneráveis a regras pessoais e abusos. Além disso, o fato de essas relações serem entre mulheres, patroas e empregadas, faz com que o serviço doméstico deslinde a faceta de gênero contida na gestão do espaço doméstico. São relações permeadas por tensionamentos relativos às regras cotidianas, afetos enfeixados por hierarquias (principalmente se há crianças), mas também por preconceito e estigmas referentes à convivência no espaço doméstico: desde acusações de roubo, restrições alimentares, uso do espaço delimitado pela configuração da exclusão e do confinamento, o que denuncia outro ponto também enfatizado por estudiosos, a influência exercida pela posição social dos padrões nessas relações. “Dessa forma, pensar em trabalho doméstico implica necessariamente levar em conta todas essas dimensões: a relação de exploração do trabalho e as relações – materiais e simbólicas – da desigualdade de raça e gênero” (LIMA; PRATES, 2019, p. 158), assim como as relações de classe.

Na sua vinda a Salvador trazia na ‘mala’ o desejo de uma vida melhor para sua família, principalmente, filhos e filhas, mas, o desapontamento pela precarização e trabalho mal remunerado, além de atrasos no pagamento, aliada à saudade dos filhos, impulsionou o retorno para o seu ‘lugar’.

Na casa de Tereza, o ciclo da maternagem familiar foi transmitido de geração para geração de mulheres, primeiro ela, depois suas filhas: “*Eu saía de manhã para trabalhar mais quem ficava em casa era a mais velha quase que tomava conta deles. A velha era Lindaura, mais que tomava conta era Neném chama Maura a do meio, que sempre dava surra nos meninos*”. Sem marido, Tereza era a provedora do sustento econômico da unidade familiar e, para tanto, as filhas assumiam parte dos afazeres domésticos e os cuidados com as crianças menores, enquanto ela labutava na roça e também exercia a profissão de parteira.

Conforme lembra, “[...] *dei a luz, vida pra mais de cem crianças [...] Tomei curso em Santo Antônio de Jesus, com Dr. Darso em Santo Antônio de Jesus [...]*”. O ofício de parteira foi descoberto diante da necessidade de auxiliar no nascimento do filho de Iaiá, uma colega de trabalho, o que tornou Tereza de Benguela, nos anos subsequentes, a parteira das comunidades vizinhas, principalmente pelo não acesso dessas mulheres à política pública de saúde. Ao desfiar os fios da memória, compartilha conosco o aprendizado da arte de partejar:

Era bom na mesma da hora não era, porque eu ia de noite, de baixo de chuva. Se tivesse chovendo eu tinha que ir, se tivesse com sol eu tinha de ir, quando viesse alguém de carro que me levava tudo bem e quando ia de bicicleta se tivesse chovendo. Não tinha hora pra ir, depois de trabalhar no secador eu chegava cansada tinha de ir. Quem disse que se entrega a São Miguel não se levanta a hora que quer. Tenho que levantar a hora que São Miguel quer. [...] Quando ela deu a dor de noite à filha chegou aqui com um pano na cabeça. Oi, mãe disse que é pra você ir lá. Fazer? O que ela quer? Ta com dor é pra tu ir lá. Ai batei o pano botei na cabeça, levantei por de baixo da coberta e fui. [...] Eu nunca cortei umbigo de ninguém. [...] Já está perto de nascer, corta o umbigo. Eu disse nascer, fazer o que? Cortar o umbigo. Que já ta nascendo, pega, pega ai eu peguei. Peguei a menina. Trouxe a menina encharquei aqui. Não, nunca tinha pegado ninguém. Eu tinha uma malinha, a tesoura, o avental. A malinha com o material quer era pra botar a criança em cima do avental. Ai fui cortando, cortando, cortando e aprendi direitinho. E seu chegasse agora de junto daquela paciente pra fazer o teste se encontrasse logo eu sabia que iria ter logo. Não sei que é quem me ensinaram, mais já sabia que ia nascer. Se eu encontrasse menos disso aqui, eu dizia assim não vai ter agora. É esse dois dedos. A mesma coisa que o doutor faz. Chama de toque esse teste aqui. Se eu encontrasse logo, sabia que iria nascer logo e seu demorasse de encontrar, eu fazia duas vez. E não tinha esse negócio de dizer que era mentira ou não. Não sei quem era que me ensinava não. Só sei tinha aquele negócio, fazia e dava certo.

O parto e nascimento domiciliar, assistidos por parteiras tradicionais ocorrem usualmente nas regiões Norte e Nordeste, principalmente nas áreas rurais, ribeirinhas, de floresta, de difícil acesso e em populações tradicionais quilombolas e indígenas. Isso porque o Brasil, ainda não assegura a grande parcela das mulheres o direito à assistência ao parto, negligenciada pela Saúde Pública, as parteiras assumindo a assistência à saúde das mulheres e ao parto, com base nos conhecimentos tradicionais adquiridos através de práticas e experiências, que passam de uma geração a outra de mulheres. (SANTOS, 2016).

Todavia, se o ofício de parteira concede a Tereza o dom da vida, que lhe confere bem-querer entre as mulheres

da comunidade, esta não consegue se desvencilhar da violência de gênero que perpassa sua trajetória.

Esse fenômeno multifacetado, polissêmico, multicausal (BANDEIRA, 2014) materializou-se na vida Tereza de Benguela desde sua infância até os dias atuais, experienciada na modalidade multigeracional (sua mãe, ela e depois, a filha mais nova), culminando na expressão máxima dessa manifestação patriarcal/opressora/ misógina, o feminicídio de sua filha, aos 39 anos, pelo ex-companheiro, após sucessivos episódios de violência, física, moral e psicológica.

A violência de gênero cujo espaço familiar é o locus privilegiado para desencadear a assimetria de poder que envolve o cotidiano das relações sociais, resultante da organização social de gênero; do poder masculino exercido sobre as mulheres a partir da relação patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004; BANDEIRA, 2014; LISBOA, 2014) foi triplamente experimentado por Tereza de Benguela na sua trajetória de vida; primeiro com a mãe, em seguida consigo e depois, presenciou a reincidência de atos brutais perpetrados por seu ex-gênero que, embora não estivesse mais convivendo com a sua filha mais nova, continuava a agredi-la de diferentes maneiras.

As agressões físicas sofridas por sua mãe, lembra Tereza, eram por ela suportadas e justificadas sob o seguinte argumento: “[...] *Porque meu pai batia nela dizia que era doido. Era meio maluco, bebia muita cachaça e ficava maluco*”. Na sua própria pele, experienciou durante uma de suas gestações a violência psicológica quando ‘preterida e oprimida’ pelo companheiro:

Ele foi embora. Ele arrumou outra namorada e casou, deixou eu pra ter menino, Casou com outra e deixou. Ai eu disse a ele:- tu vai casar? E ele:- não lhe quero mais não porque tenho outra e vou casar. Eu disse: -pode casar, de hoje em diante você é um homem e uma mulher e eu sou um homem pra você. Ai eu tive a menina, tava com um barrigão ai deixei que iria casar, não servia pra ele então, deixei.

Já na vida de sua filha mais nova foram recorrentes as agressões, que procurava ocultar da família, conforme relembra Tereza:

Cadê a cachorra da sua mãe? Ai que ela bafou um pedaço de pau ainda deu uma cacetada nela Ai, espancou ela, quando ela tava

grávida dessa menina aí. Tem nove. Bateu ficou machucada escondeu a cara com o cabelo pra não deixar os outros vê.

Naquele dia o policial veio e disse, mais é briga de casal. Como ela vivia lá na casa e ela como sabe tudo a filha ia dormir e voltar. A gente mesmo não via, mas, diziam que sempre eles brigavam. Teve uma vez que logo antes deu queixa (bateu na filha) foi fazer corpo de delito. Bateu, jogou no chão em Santo Amaro. Eu tava dentro da igreja no primeiro dia que ele bateu nela, eu dentro da igreja sentir aquela dor no coração, aquela dor mesmo, foi a dor que ela passou. Aí as irmãs perguntou assim: oh irmã é o que? Veio me segurou. Aí, espancou ela, quando ela tava grávida dessa menina aí. Bateu ficou machucada escondeu a cara com o cabelo pra não deixar os outros vê. Ela escondia. Depois não tinha jeito os maus vizinhos viam e falavam. Um dia ele deu uma pedrada nela. [...] Ele deu uma pedrada nela, ela plantando fumo ela caiu no meio da roça bafou com tudo, colocou na cama e deu banho de água. Mesmo assim, depois que deu queixa, ela voltou de novo. [...] Por que tu foi em Muritiba, agora vai ser ruim pra tu. Por que tu foi e ficou incubado aí. Mais ela tinha ido. Pra retirar a queixa. Ela foi retirar queixa. Quando agora, olha o que ele fez com ela, tá escondido dizendo que não foi.

A violência, em suas diferentes expressões, é recorrente na vida das mulheres que persistem em manter a relação de convivência com o agressor (AQUINO, 2006), estendendo-se muitas vezes para membros do grupo familiar, como forma de intimidação e represália diante de uma possível interferência no relacionamento do casal ou formalização de denúncia, como fez Tereza, ameaçada e insultada pelo ex-genro “*ele deu tudo quanto foi nome, puta, cachorra, puta veia, cuviteira...*”. Cabe destacar que o reconhecimento da violência psicológica/emocional, que envolve inclusive ameaça de morte, somente ocorre quando vinculada a manifestações de violência incontestes, a exemplo da violência física.

A violência contra as mulheres, em suas modalidades física, sexual, social e psicológica, encontra justificativa em padrões transmitidos secularmente que, ao estabelecerem a supremacia do sexo masculino sobre o feminino, na esfera das relações conjugais, rouba da mulher sua condição de sujeito e a torna mero objeto do qual o homem pode usufruir, isto é, agredir fisicamente, humilhar, torturar e até mesmo ceifar a vida, caso ela desafie sua autoridade e/ou ameace abandoná-lo (PERON, 2008).

Na narrativa de Tereza de Benguela sobre o feminicídio, a sucessão dos acontecimentos violentos registrados em na memória:

Quando agora, olha o que ele fez com ela! Tá escondido dizendo que não foi. Mas em toda terra! [...], eu deitada aí, na cama de Deus, no meu cantinho, uma sete horas da noite jogou uma pedra em cima dessa casa aí, mas, no tombo que a gente tá deitada pensa que é em cima da gente. Aí aqui foi Pôo! Aí aqui fiz assim, Ave Maria, levantei, jogou pra matar a gente dentro de casa mas, não caiu porque Deus é bom. Já aquetou fui deitar mais já eu tava com sono depois detei uns 40 minutos, não levou quarenta não, era sete e lasca fogo (noite). Eu só vi aquilo fazer assim: papôo! Aqui na frente, na frente, aí sair de dentro nas carreiras e pra lá porque eles três estava dentro de casa. Aí perguntei mas já estava do lado de fora, eu disse assim: vocês viram alguma coisa aí? Um disse não, outro não. Tá fazendo o que? Ah, conversando mais Ti. Eu vortei de novo e cheguei aqui, aí quando vi vem um menino, um rapazinho vem correndo bafou ela pelo meio assim, segurou. (A neta, eu por trás da porta, no que ela abriu a boca, ele debaixo do pé de manga ela ficou em pé, eu ouvi falar assim: é tua mãe (encenou a fala do rapazinho falando baixinho ao ouvido da neta), no ar da boca dele e na minha, aí eu dei aquele grito, que só Deus sabe então dessa hora que sentei sair da aí umas sete horas da noite de outro dia.

Conforme pesquisa DataSenado (2013) sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, embora tenha crescido o grau de conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, as mulheres ainda relutam em formalizar uma denúncia contra seus agressores, optando por soluções alternativas, a exemplo da ajuda de parentes, amigos ou da Igreja, de modo a “não se colocarem em posição de litígio contra o agressor ou de não tomarem atitudes que possam resultar diretamente na prisão dele” (p. 6). O principal motivo para sua indecisão é o medo do agressor, seguida de dependência financeira e a preocupação com a criação dos filhos, além de vergonha.

Na zona rural, onde a rede de atendimento e proteção às mulheres em situação de violência é quase inexistente e os poucos serviços se mostram precários, as Delegacias distantes e os funcionários sem qualificação quanto às questões de gênero e violência contra a mulher, é comum as mulheres serem dissuadidas a oficializarem uma queixa formal contra os agressores, pois, como denuncia Tereza, “o policial veio e disse, mas é briga de casal” e, ao que tudo indica, “em briga de casal ainda não se mete a colher”, já que os valores patriarcais enredam a questão da violência no âmbito privado e, ao fazê-lo, reforçam a desigualdade de poder no seio familiar, a violência sendo considerada um problema menor, que não requer a intervenção do Estado e pode ser solucionada em casa (DEBERT; GREGORI, 2008).

Com efeito, algumas mulheres são comumente interpeladas sobre o peso que o registro policial pode trazer às suas vidas e os rearranjos familiares que serão necessários diante de uma possível denúncia (e eventual prisão) do marido/companheiro, para garantir os cuidados com os filhos e o sustento da unidade doméstica. De acordo com Debert (2006)⁹, citada por Pasinato (2010), tais questionamentos reproduzem um discurso em defesa da reprivatização dos conflitos, na medida em que transferem para a mulher a responsabilidade em encontrar alternativas para suplantarem a violência com o objetivo de preservar a família, o que expõe a mulher a situações de vulnerabilidade e desproteção, podendo culminar no feminicídio, como aconteceu com a filha de Tereza, sem que ela pudesse evitar.

Cabe lembrar que as várias formas de violência contra as mulheres não são incidentes atípicos, elas têm um caráter processual, cuja trajetória tem início com ameaças e lesões corporais contumazes, apresentando indícios de um possível feminicídio¹⁰, conceito utilizado para nomear assassinatos de mulheres resultantes da violência de gênero (PAZ, 2016).

No Brasil, até bem pouco tempo não havia uma legislação que imputasse uma penalidade específica para o homicídio cometido por razões da condição do sexo feminino. Somente em 9 de março de 2015, foi publicada a lei 13.104/15, que modificou o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, declarando o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e, por conseguinte, incluindo-o no rol de crimes hediondos.

Nas sebes rurais, entretanto, o autor da violência permanece impune, Tereza continua refém das ameaças e insultos do ex-gênero, pelo fato de tê-lo denunciado, enquanto se apegava às lembranças da filha assassinada e se dedica aos cuidados com os netos, ao mesmo tempo

em que tenta protegê-los da influência e violência paterna, seus dias sendo marcados por sobressaltos e temor em relação ao futuro.

4. Últimas Palavras

Este trabalho buscou no seu desenvolvimento, permitir olhar crítico e político diante da história de vida de Tereza trabalhadora rural que, na sua capacidade de resiliência, assumiu o papel de sujeito e objeto de sua história individual. A bem dizer, Thompson (1992) adverte sobre a indissociabilidade entre as histórias e seu objetivo social, e acrescenta que a história oral é uma ferramenta capaz de ressignificar o sentido das vidas de pessoas não letradas. Neste sentido, o autor reafirma a valoração da escolha do objeto de estudos.

As análises aqui compartilhadas são reflexões sobre a história de vida de Tereza de Benguela, sujeito e objeto de seu ato de contar-se. Através da narrativa de Tereza, procuramos demonstrar que, embora seja uma mulher rural não detentora de capital cultural, ou seja, saberes acadêmicos, a escola da vida a fez doutora e senhora de sua história de vida.

Silenciada na sua trajetória, encontrou no momento da entrevista campo fértil para evocar livremente narrativas redesenhadas e reatualizadas de etapas enfrentadas ao longo da vida, possibilitando-nos. “[...] inserir as vozes que faltavam, a dos desfavorecidos/as, a fim de criar nova “história vinda de baixo” (SALVATICI, 2005, p. 29).

Ao longo da entrevista, Tereza se definiu como mulher guerreira e enfatizou: “*Sou guerreira mesmo! [...] Bom, porque habilitei tudo na vida e venci; sou guerreira!*” De direito, é guerreira! Afinal, as sinuosas estradas trilhadas por quase nove décadas fazem-na transgressora do receituário social que a posicionou na condição de submissão, exploração e opressão de gênero a partir dos marcadores sociais de diferenciação,

tinha ou teve relações íntimas (parceiros sexuais, ex-companheiros etc.; o feminicídio não íntimo, cometido por pessoas com quem a vítima mantinha amizade, confiança, a exemplo de colegas de trabalho, vizinhos, amigos etc; já o feminicídio por conexão são aqueles cometidos quando as mulheres são assassinadas porque se encontravam na “linha de fogo” de um homem cuja intenção era matar outra mulher. Sobre o problema do Feminicídio Íntimo no Brasil, ver, Machado et al (2015).

⁹ Debert, Guita G. 2006. “Conflitos Éticos nas Delegacias de Defesa da Mulher.” IN. DEBERT, Guita e Gregori, Maria Filomena e Piscitelli, Adriana (orgs). Gênero e Distribuição da Justiça: as delegacias de defesa da mulher na construção das diferenças. Coleção Encontros. Campinas: Pagu/UNICAMP. p: 13-56

¹⁰ Sobre feminicídio ver, por exemplo, Pasinato (2011), em que a autora classifica três tipos de feminicídio: o feminicídio íntimo, crimes perpetrados por indivíduos com quem a vítima

os quais Tereza experiencia. Tereza, transgrediu delimitações do sujeito- suposto- saber ao fazer uso de sua narrativa na primeira pessoa (é seu o saber, não de outrem, foi ela quem viveu, é ela quem sabe contar, é ela a protagonista).

A história de vida marcada por violência transgeracional foi rememorada por Tereza. Feridas em seu corpo e alma, a bem dizer as violências com ou sem sangue (BANDEIRA, 2013) foram desencadeadas por homens quando investidos de poder, desde a infância à vida adulta, atingindo-a na velhice ao vitimar sua filha, sem que conseguisse protegê-la.

Tereza, mesmo tendo vivenciado sucessivas rupturas de sua integridade física, moral, psicológica e patrimonial na família, não se calou diante dos atos brutais perpetrados contra sua filha. Incentivou-a a ir à delegacia em um dos episódios de violência acometida pelo companheiro, mas, a queixa foi retirada pela agredida. Posteriormente, Tereza passou por situação de violências múltiplas (patrimonial, moral, psicológica) e denunciou seu agressor (o mesmo que agrediu e assassinou sua filha), apesar da Lei 11.340/2006 e da Lei do Femicídio (13.104/2015). Na zona rural, o autor de violência permanece impune, pois a ordem patriarcal de gênero que ainda rege as relações sociais e familiares guarda valores morais que reservam à mulher o silêncio e a obediência, enquanto ao homem é designada a posse e dominação sob o feminino. Ao que tudo indica, nas localidades mais distantes a legislação não consegue eliminar a violação de direitos nem tampouco coibir a vulnerabilidade a que se encontram expostas as mulheres.

Para Tereza, ao final da vida, restam-lhe reminiscências, reprisadas vezes sem fim, que compartilhou conosco em sua narrativa, mas, nem todas, pois, para (sobre)viver, cala temores e dores, forma de resistência que encontra para tentar romper o “continuum” de violência que a acompanha, escrever mais algumas linhas nas páginas de sua vida e, quem sabe, proporcionar ao neto e à neta uma vida sem sofrimento, medo, enfim, sem violência.

Referências

AQUINO, Silvia de. Reflexões sobre a violência contra a mulher denunciada na DDM em Salvador. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (orgs.). **Gênero e Distribuição da Justiça: As Delegacias de Defesa das Mulheres e a Construção das Diferenças**. PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero: UNICAMP, 2006, p.187-205.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BANDEIRA, Lourdes. (2013), “A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres”. In: VENTURI, G.& GODINHO, T. (Orgs). **Mulheres Brasileiras e Gêneros Nos espaços Públicos e Privado: uma década de mudanças na opinião pública**. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, p. 63-78.

_____. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória**. Ensaios de Psicologia Social.- São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

BRASIL. Lei Maria da Penha. **Lei n. 11.340/2006**. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.104/2015**. Presidência da República, 2015.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Emprego doméstico: revendo o novo. **Caderno CRH**, n. 16, p. 31-49, jan./jun. 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2380/1/CadCRH-2007-362%20s.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. As velhas também. **Revista ex aequo**, Porto - PT, n. 23, 2011, p.13-21.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**, p. 167-194, Editora 34, São Paulo, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009. - (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).

DATASENADO. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal/Secretaria de Transparência, 2013.

DEBERT, G. Guita. Problemas relativos à utilização de história de vida e história oral. In. CARDOSO, Ruth (Org.). **Aventura Antropológica**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 141-156.

_____; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, fev. 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 jan. 2020.

Evaristo, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. **Do velho ao jovem**. Disponível em: <http://www.revistaprosaversoarte.com/conceicao-evaristo-poemas/>.

FLICK. Ewe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. – 3ª. ed.- Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo "problemático": contribuições de um feminismo dialético e relacional. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 635-653, Dec. 2006. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300004&lng=en&nrm=iso. access on 30 Jan. 2020.

GIIL, Scherto e GOODSON, Ivor. Métodos de história de vida e narrativa. In. SOMEKH, Bridget e LEWIN, Cathy (Orgs). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 215-224.

GOLDENBERG, M.: **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais- 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 1998.

GONZALÉZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. Santiago, **Revista Isis International**. Vol. IX, junio, 1988, Chile, MUDAR/DAWN, p. 133-141.

HAGUETTE, T. M, F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. – 11.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.p. 90-113.

LANGNESS, L, L, **A História de Vida na Ciência Antropológica** (tradução de Heloisa Previdello) - São Paulo, EPU, 1973. (Antropologia e sociologia).

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LIMA, Toni Barreto; SOUZA, Milena Cristina Aragão Ribeiro de. Castigos escolares: práticas e significados de professoras da educação infantil. **Anais 8º ENFOPE**, v. 9, n. 1 (2016). Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/issue/archive>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIMA, Jaqueline da Silva. “Marias” do rural alagoano: A [in] visibilidade do trabalho em face da opressão patriarcal. In: DIAS, Alfrancio Ferreira; Santos, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana (orgs.). **Gêneros, Feminismos, Poderes e Políticas Públicas**: Investigações contemporâneas. [Gênero e Ruralidades]. 19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Realize: Campina Grande-PB, 2016, p. 3891-3904.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 149-172, May 2019. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000200149&lng=en&nrm=iso. access on 25 Jan. 2020. Epub Aug 29, 2019.

LISBOA, Tereza Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis et al. **A violência doméstica fatal**: O problema do feminicídio íntimo no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Infância rural e trabalho infantil: concepções em contexto de mudanças. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 46-58, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-

92822018000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jan. 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Houry. Proj. História, São Paulo, (10), dez,1993, pp. 7-28.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan.-jun. 2007.

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça para mulheres em situação de violência. Um estudo de caso sobre a Delegacia da Mulher e a rede de enfrentamento a violência de Belo Horizonte. *Anais 34º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: MG, 2010, p. 1-30.

_____. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *cadernos pagu* (37), julho-dezembro de 2011: 219-246.

PAZ, Potiguara de Oliveira. Femicídios Rurais: Uma análise de gênero. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 30, n. 2, p. 1-11, abr./jun. 2016.

PERON, Ana Paula. As imagens da violência conjugal nos relatos e nos registros de uma Delegacia da Mulher. *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST60/Ana_Paula_Peron_60.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In. *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995. p. 9-28

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Oraís: do “indivizível” ao “divizível”. In VON SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-41.

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. *Gênero*. Niterói | v.15 | n.1 | p. 29-46 | 2.sem.2014.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999, p. 87-88.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: Geraldo Romanelli; Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre**

prática de pesquisa. 1ª ed. Ribeirão Preto- SP: Ed. Legis Summa Ltda, 1998, p. 119-133.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – 2004, (Coleção Brasil Urgente).

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan-jun 2005. Disponível: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=114&path%5B%5D=109>. Acesso em: 23/09/17.

SANTOS, Cristiane dos **A arte de partejar: o legado das parteiras tradicionais como herança ancestral e os impactos para a saúde das mulheres**. GELEDÉS, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/arte-de-partejar-o-legado-das-parteiros-tradicionais-como-heranca-ancestral-e-os-impactos-para-saude-das-mulheres/>. Acesso: 12 out. 2017.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. DA CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA A UMA CIÊNCIA FEMINISTA? Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismociencia.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da. Educação Infantil e Famílias Residentes em Áreas Rurais: Demandas e concepções em dois municípios do Brasil. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 37, n. 103, p. 303-318, Dec. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622017000300303&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Jan. 2020.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida. *Rev. Ter. Ocup*. Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. Trajetórias e experiências de mulheres agricultoras. In: DIAS, Alfrancio Ferreira; Santos, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena Santana (orgs.). **Gêneros, Feminismos, Poderes e Políticas Públicas: Investigações contemporâneas**. [Gênero e Ruralidades]. 19º Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. Realize: Campina Grande-PB, 2016, p. 3878-3890.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero um depoimento. *cadernos pagu* (11) 1998: p.77-87. Disponível:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index>.

[php/cadpagu/article/view/8634464/2388](http://cadpagu/article/view/8634464/2388). Acesso 31 jan. 2020.

SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. **História Oral**, v. 16, n. 2 (2013), p. 55-71. Disponível: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=310>. Acesso 31 jan. 2020.

TAVARES, Márcia Santana. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 121-145, mar. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000100007&lng=pt&nrm=iso>.

acessos em 23 jan. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000100007>

TEDESCHI, Lisandro, Antonio Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015. Disponível: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33931/20055#.WirmTIWnHIU>. Acesso em: 29 jan. 2020

TEREZA DE BENGUELA, UMA HEROÍNA NEGRA. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/> Acesso em:

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.